

**Cópia:**

Do acórdão proferido nos autos de Recurso de Amparo Constitucional n.º 32/2019, em que são recorrentes **José Daniel Semedo e Outros**, e entidade recorrida o **Supremo Tribunal de Justiça**

TRIBUNAL CONSTITUCIONAL

ACÓRDÃO N.º 36/2023

I - Relatório

1. **José Daniel Semedo, Djenani Leane Tavares dos Santos, Bernardino Monteiro Ramos, Anílton de Jesus Xavier Semedo, João Semedo Vieira e André Semedo Robalo da Veiga**, não se conformando com o Acórdão n.º 65/2019, de 08 de novembro, através do qual o Supremo Tribunal de Justiça indeferiu o seu pedido de *habeas corpus*, interpuseram o presente recuso de amparo e requereram que sejam adotadas medidas provisórias.

Neste aresto reproduz-se *ipsis verbis* o relatório constante do Acórdão n.º 2/2020, de 07 de fevereiro, publicado no Boletim Oficial, I Série, n.º 25, de 3 de março de 2020, que admitiu a trâmite a súplica em apreço:

1.1. Os recorrentes encontram-se detidos e privados de liberdade desde 03 de julho de 2019.

1.2. Os mesmos estão indiciados por factos suscetíveis de consubstanciar a prática de um crime de tráfico de estupefaciente, p.p pelo art. 3.º da Lei n.º 78/IV/93, de 12 de Julho e um crime de armas, p.p pelo art. 90º, al. c) da Lei n.º 31/VIII/2013, de 22 de Julho.

1.3. Não obstante os mesmos estarem detidos e privados de liberdade há quatro meses e um dia, não foram notificados de qualquer outro despacho que não seja aquele através do qual se reexaminou os pressupostos da medida de coação;

1.4. Assim sendo e volvidos quatro meses sem que tenham sido notificados do despacho de acusação previsto nos termos do artigo 279º n.º 1 al. a) do CPP, a prisão a que se encontram sujeitos tornou-se manifestamente ilegal;

1.5. Pois, para os recorrentes, a prisão preventiva extingue-se, quando, desde o seu início, tiverem decorrido quatro meses sem que o arguido tenha sido notificado da acusação;

1.6. Foi com base nesse entendimento que requereram a providência de habeas corpus, que foi indeferida pelo Acórdão do STJ n.º 65/2019, de 8 de novembro;

1.7. Conforme o Acórdão a que se refere o parágrafo anterior, é jurisprudência firme dessa Suprema Corte de Jurisdição comum que, na aferição dos prazos de prisão preventiva, vale a data da prática do ato processual em causa pelo magistrado competente para o efeito e não a data da sua notificação ao arguido ou ao seu defensor, ato processual a ser praticado pelo oficial de justiça;

1.8. Que no caso que apreciou o processo foi declarado de especial complexidade por despacho de 30.10.2019, oportunamente notificado aos mandatários e, conseqüentemente, o prazo para a dedução da acusação passou a ser de 06 (seis) meses, que ainda não tinha expirado;

1.9. Perante a alegação de que o artigo 142.º do CPP determina que o despacho que declara o processo de especial complexidade deve ser notificado aos mandatários e pessoalmente aos arguidos, o Supremo Tribunal de Justiça fez constar do Acórdão recorrido que, contrariamente à afirmação de que os recorrentes não tenham sido notificados daquele despacho, foram realizadas diligências nesse sentido, mas recusaram assinar o mandado de notificação, pelo que se deve considerar que foram notificados. Por outro lado, a omissão de notificação não constitui razão para o deferimento da providência de habeas corpus, tendo em conta o disposto no artigo 18.º do CPP;

1.10. Inconformados com a decisão constante do aresto que indeferiu a providência de habeas corpus, a qual, sempre na perspectiva dos impetrantes, terá violado os seus

direitos à liberdade sobre o corpo, a garantia da presunção de inocência e o direito a um processo justo e equitativo, previstos nos artigos 29.º, 30.º, 31.º, 35.º e 22.º, todos da Constituição da República, recorrem para o Tribunal Constitucional solicitando amparo para essas alegas violações.

1.11. Requereram ainda a adoção de medidas provisórias que serão analisadas mais adiante.

1.12. Terminam o seu arrazoadado formulando, no essencial, os seguintes pedidos:

A) Ser aplicada a medida provisória e em consequência restituir aos recorrentes a liberdade, artigos 11º e 14º, da Lei de Amparo;

B) - Ser julgado procedente e, conseqüentemente, revogado o acórdão nº 65/2019, de 08/11/19 do Supremo Tribunal de Justiça, com as legais conseqüências;

C) Restabelecer os direitos, liberdades e garantias fundamentais violados, (liberdade, presunção de inocência e ao processo justo e equitativo)

2. O Acórdão nº 2/2020, de 07 de fevereiro admitiu que o processo em análise prosseguisse para a fase do mérito restrito ao direito à liberdade e à presunção de inocência e indeferiu o pedido para adoção de medidas provisórias.

3. Tendo sido notificado para, na qualidade de entidade recorrida, responder, querendo, o Supremo Tribunal de Justiça optou pelo silêncio.

4. Tendo o processo seguido com vista ao Ministério Público, este, através do douto parecer de Sua Excelência Senhor o Procurador-Geral da República, formulou as seguintes conclusões:

a) O recurso de amparo constitucional não preenche os pressupostos de admissibilidade relativamente ao direito ao recurso;

b) Nada há a promover sobre a medida provisória, porque nenhuma foi decretada;

c) Nenhuma medida se mostra necessária para conformação da prática judiciária com a Constituição da República e demais leis.”

5. Em 06 de março de 2023 o projeto de Acórdão foi depositado na Secretaria e o respectivo julgamento foi marcado e realizou-se no dia 17 do mesmo mês e ano.

II - Fundamentação

1. Tem sido prática nesta Corte, ao decidir o mérito do recurso de amparo, primeiro verificar que condutas os recorrentes imputam à entidade recorrida, ao que se segue o teste para verificar se a (s) conduta(s) atribuídas ao órgão *a quo* foram efetivamente adotadas por este, atestar se houve ou não violação de direitos, liberdades ou garantias de que os impugnantes se arrogam a titularidade e, eventualmente, remeter a Sua Excelência o Senhor Procurador-Geral da República o processo, nos termos e para os efeitos previstos no n.º 3 do artigo 25.º da Lei do Amparo.

2. No caso em apreço, o ato praticado pelo Supremo Tribunal de Justiça traduziu-se na prolação do Acórdão n.º 65/2019, de 8 de novembro, o qual indeferiu o *habeas corpus* em que se tinha pedido a libertação dos recorrentes, porque entendiam que o prazo de 4 (quatro) meses como limite máximo para a manutenção da prisão preventiva durante a instrução, conforme a al. a) do n.º1 do artigo 279.º do CPP, deveria ser contado desde a data da prática do facto até à notificação da acusação e que a notificação do despacho que declarou o processo como de especial complexidade deveria ter sido feita não só ao mandatário, mas também, e, pessoalmente, aos recorrentes.

As linhas de força da fundamentação do acórdão recorrido resumem-se no seguinte:

a) Trata-se de questão que tem merecido por parte do Supremo Tribunal de Justiça um pronunciamento constante no sentido de que, para a aferição dos prazos de prisão preventiva vale a data da prática do ato processual em causa pelo magistrado competente para o efeito e não a data da sua notificação ao arguido ou ao seu defensor, ato processual que deve ser praticado pelo oficial de justiça;

b) Depreende-se assim que é entendimento dos recorrentes que a notificação pessoal do despacho é obrigatória, por aplicação do artigo 142.º do CPP, à semelhança da notificação da acusação, o que é no mínimo questionável, face à excecionalidade da regra contida no n.º 2 daquele dispositivo. Seja como for, como aliás decorre do processado (certidão de fls. 69 vso) os requerentes foram pessoalmente notificados do despacho, tendo recusado assinar a certidão, alegando que não assinam nenhum documento sem entrar em contacto com o advogado. Por conseguinte, não se pode falar de falta de notificação.

Verifica-se, pois, que, para o efeito do presente desafio constitucional, os impetrantes atribuem ao Venerando Supremo Tribunal de Justiça, no essencial, duas condutas e que se traduzem no seguinte:

a) Ter adotado a interpretação segundo a qual o disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 279.º do CPP determina que o que releva para o efeito da extinção da prisão preventiva é a data da prática do ato processual que encerra cada fase processual e não a data da sua notificação ao mandatário do arguido que esteja em prisão preventiva;

b) Ter adotado uma interpretação que confere aos artigos 140.º, 141.º, e 142.º, n.º 2, do CPP um sentido que contraria a intenção do legislador, porquanto o arguido apenas toma conhecimento do ato quando é-lhe notificado e só depois dessa notificação é que começa a produzir os seus efeitos legais.

Se em relação à conduta descrita na alínea a) do parágrafo anterior e perante uma imputação direta e concreta, não há como não reconhecer que foi o Venerando Supremo Tribunal de Justiça o autor do ato que se traduziu no indeferimento da providência de habeas corpus, com base na interpretação consolidada sobre os prazos previstos no artigo 279.º do CPP, já no que se refere à segunda conduta que, de forma difusa, foi associada à decisão impugnada, dificilmente, se pode aceitar que tenha sido adotada pela entidade recorrida.

Primeiro, porque a realização da notificação do despacho que declarou o processo de especial complexidade e, consequentemente, determinou a prorrogação do prazo de

prisão preventiva é uma tarefa dos oficiais de diligências do cartório onde o magistrado que o proferiu exerce as suas funções, competindo-lhe também fiscalizar a sua execução.

Segundo, resulta dos autos que houve diligências no sentido de se notificar pessoalmente os recorrentes daquele despacho, não tendo sido possível fazê-lo porque se recusaram assinar a certidão, alegadamente porque não assinam nenhum documento sem entrar em contacto com o advogado. Por conseguinte, a frustração da tentativa de notificação não pode ser imputada ao oficial de justiça, ao magistrado que proferiu o despacho, nem tão-pouco ao Egrégio Supremo Tribunal de Justiça.

Pelo que se é de excluir essa putativa conduta, subsistindo apenas a primeira.

2.1 Para os recorrentes, ao ter indeferido a providência de *habeas corpus*, a conduta impugnada violou os seus direitos à liberdade sobre o corpo, à garantia da presunção de inocência e ao processo justo e equitativo, previstos pelos artigos 29.º, 30.º, 31.º e 35.º 22.º, todos da Constituição da República.

Não obstante o recurso ter sido admitido restrito ao direito à liberdade sobre o corpo e ao direito à presunção de inocência, importa atualizar e adequar o parâmetro para a garantia de não se ser mantido em prisão preventiva além do prazo legal fixado para cada fase processual, tendo em conta o disposto no n.º 1 do artigo 25.º da Lei do Amparo, que tem sido aplicado em vários arestos desta Corte Constitucional, nomeadamente, nos Acórdãos n.º 20/2020, de 11 de junho e n.º 26/2019, de 9 de agosto, publicado no Boletim Oficial, I Série, n.º 100, 26 de setembro de 2019.

Feita essa atualização, o direito à presunção de inocência afigura-se-nos como parâmetro consequente ou indireto, o que significa que só poderá vir a ser apreciado, se se concluir que houve violação do primeiro parâmetro.

3. Ao pedido de *habeas corpus* com base na alegação de que os recorrentes não foram notificados da acusação nem do despacho que declarou o processo de especial complexidade durante a instrução, no prazo de quatro meses a contar da detenção, o Supremo Tribunal de Justiça apresentou a seguinte fundamentação:

“Trata-se de questão que tem merecido por parte deste Tribunal, que por diversas já se pronunciou no sentido que, para a aferição dos prazos de prisão preventiva vale a data da prática do ato processual em causa pelo magistrado competente para o efeito e não a data da sua notificação ao arguido ou ao seu defensor, ato processual a ser praticado pelo oficial de justiça.

Por conseguinte, arremata dizendo que, no caso, sucede que o processo foi declarado de especial complexidade por despacho de 30.10.2019, oportunamente notificado ao mandatário e consequentemente, o prazo para a dedução da acusação passou a ser de 06 (seis) meses, que ainda não expirou.

[...]

Assim, o pedido não pode proceder, por não se verificar nenhum dos fundamentos previstos no dispositivo legal em causa (...).”

Na verdade, ao abrigo do artigo 279.º, a prisão preventiva extinguir-se-á quando, desde o seu início, tiverem decorrido os prazos previstos nesse preceito. Em caso algum, porém, a duração pode ser superior a trinta e seis meses, a contar da data da detenção, atento o disposto no n.º 4 do artigo 31 da Lei Magna e do n.º 4 do supracitado preceito do CPP.

3.1 No que concerne especificamente aos prazos de duração máxima para a manutenção da medida de coação pessoal da *ultima ratio*, enquanto restrição aos direitos à liberdade sobre o corpo, o legislador teve o cuidado de regular minuciosamente tanto os seus pressupostos materiais e formais como a sua duração máxima em relação a cada fase processual.

Excecionalmente permite-se que o prazo máximo possa ser elevado em situações criteriosamente indicadas no n.º 2 do preceito em exame.

Quer isto dizer que os prazos a que se referem as várias alíneas do n.º 1 do artigo 279.º do CPP, podem ser elevados, respetivamente, até seis, doze, dezoito, vinte e quatro e trinta meses, sempre que se trate de processo cujo objeto for crime punível com pena de

prisão cujo limite máximo seja superior a oito anos e se revelar de especial complexidade, devido, nomeadamente, ao número de arguidos ou de ofendidos ou ao carácter altamente organizado do crime. Veja-se, nesse sentido, por exemplo, o Acórdão n.º 25/2018, de 29 de novembro, Arlindo Teixeira v. Supremo Tribunal de Justiça, publicado no Boletim Oficial, I Série, n.º 88, Suplemento, 28 de dezembro de 2018.

Com feito, compulsados os autos, verifica-se que o despacho que declarou o processo de especial complexidade e elevou o prazo de prisão preventiva de quatro para seis meses foi exarado em 30 de outubro de 2019 e dele foi notificado o mandatário dos impetrantes, no 31 de outubro de 2019.

Tendo os recorrentes sido detidos em 03 de julho de 2019, o despacho a que se refere o parágrafo anterior exarado em 30 de outubro de 2019 e dele foi notificado o seu mandatário, no dia seguinte, conclui-se que aquele despacho foi proferido e notificado ao mandatário dos impugnantes antes do término do prazo de quatro meses enquanto prazo máximo de manutenção de prisão preventiva, atento o disposto na alínea a) do n.º 1 e n.º 2 do artigo 279.º do CPP.

4. Quando se prolatou o Acórdão n.º 02/2020, de 07 de fevereiro, que admitiu o presente recurso, o Tribunal tinha reconhecido que ainda não tinha jurisprudência sobre essa matéria que lhe pudesse indicar a orientação a seguir nos casos deste tipo, porque era a primeira vez que estava sendo confrontado com um pedido com estas características, mas também porque, naquela ocasião, não lhe pareceu que inexistia forte probabilidade da interpretação adotada pelo Tribunal *a quo* tivesse o condão de violar os direitos que tinham sido indicados como parâmetro.

Acontece, porém, que, depois de ter decidido, no mérito, alguns recursos de amparo com objetos similares aos dos presentes autos, já se pode afirmar que o Tribunal tem uma jurisprudência consolidada no que se refere à interpretação do artigo 279.º do CPP.

No Acórdão n.º 26/2019, de 9 de agosto, publicado no Boletim Oficial, I Série, n.º 100, 26 de setembro de 2019, prolatado nos autos de Recurso de Amparo Constitucional n.º 12/2019, em que foi recorrente Osmond Nnaemeka Odo e recorrido o Supremo Tribunal

de Justiça, o Coletivo considerou que a disposição legal concreta sob escrutínio, a al. b) do n.º 1 do artigo 279.º do CPP, não lhe suscitava dúvidas hermenêuticas de monta, porque o número 1 do artigo 279 do Código Processo Penal que estabelece a regra geral dos prazos máximos da prisão preventiva foi redigida em termos claros, segundo os quais:

“1. A prisão preventiva extinguir-se-á quando, desde o seu início, tiverem decorrido:

a) Quatro meses sem que tenha sido deduzida acusação;

b) Oito meses sem que, havendo lugar à audiência contraditória preliminar, tenha sido proferido despacho de pronúncia;

c) Catorze meses sem que tenha havido condenação em primeira instância;

d) Vinte meses sem que tenha havido condenação em segunda instância;

e) Vinte e seis meses, sem que tenha havido condenação com trânsito em julgado”.

Mais tarde e através do Acórdão n.º 20/2020, 11 de junho de 2020, proferido nos autos de Recurso de Amparo Constitucional n.º 3/2020, em que foram recorrentes Joel Ermelindo Pereira de Brito e Rider Janó Miranda Tavares, e entidade recorrida o Supremo Tribunal de Justiça, ao interpretar a norma contida na alínea b) do n.º do artigo 279.º do CPP, o Tribunal Constitucional assentou que *“o problema é averiguar se, para efeitos de contagem dos prazos intercalares de subsistência de prisão preventiva, tal acontece com a prolação da decisão de indeferimento, com a sua notificação ao arguido ou então com a sua definitividade, isto porque esta decisão é recorrível e sobe imediatamente e em separado conforme consta das disposições da alínea f) do número 1 do artigo 446 e do número 2 do artigo 445 do Código de Processo Penal. Embora não seja concretamente um caso de contagem do dies ad quem do prazo de manutenção da prisão em cada fase processual, como seria o caso de se saber se os oito meses de prisão preventiva em caso de existência da ACP se contam até a prolação do despacho de pronúncia ou da sua notificação ao arguido, mas sim de se decidir se houve ACP ou não,*

parece que legalmente a legislação ordinária não deixou muita margem de interpretação ao órgão aplicador neste tipo de caso, pois parece encaminhar para solução monolítica sufragadora da posição defendida pelo Supremo Tribunal de Justiça de que o último dia de prazo para se manter determinado arguido em prisão preventiva em cada fase processual é a data da prolação da decisão respetiva e não a da sua notificação ao arguido.”

Portanto, o último dia de prazo para se manter determinado arguido em prisão preventiva em cada fase processual é a data da prolação da decisão respetiva, ou, como no caso *sub judice*, a data em que o despacho que declarou o processo de especial complexidade e elevou o prazo de prisão preventiva para seis meses foi proferido.

Tal como no Acórdão nº 26/2019, de 9 de agosto, publicado no Boletim Oficial, I Série, nº 100, 26 de setembro de 2019, neste caso concreto, *é quase cristalino que perante a norma legal aplicada, o órgão recorrido não tinha ao seu dispor qualquer sentido que pudesse, em abstrato, conduzir ao resultado que o recorrente pretende, posto que sendo verdade que a sua manutenção em regime de prisão preventiva antes da determinação definitiva da sua culpa sempre atinge a sua liberdade, trata-se (a prisão preventiva) de situação prevista pela Constituição e desenvolvida pela Lei, a qual, neste caso concreto, não abria margem para qualquer hermenêutica mais favorável à liberdade sobre o corpo. Nem tal sentido inconstitucional lhe foi atribuído pelo órgão recorrido, nem tão-pouco normativamente tal norma revela-se desprovida de compatibilidade com a Lei Fundamental.*

Pelo exposto, improcede o pedido de concessão de amparo relativamente à garantia de não se ser mantido em prisão preventiva para além dos quatro meses, visto o disposto na alínea a) do n.º 1 e do n.º 2 do art.º 279.º do CPP, conforme a interpretação que o Tribunal Constitucional tem adotado.

Por conseguinte, fica prejudicado o conhecimento ou pronunciamento sobre a alegada violação do direito à presunção de inocência.

III - Decisão

Pelo exposto, os Juízes do Tribunal Constitucional, reunidos em Plenário, decidem rejeitar o pedido de amparo na medida em que o órgão judicial recorrido não violou a garantia de não se ser mantido em prisão preventiva para além do prazo legal.

Registe, notifique e publique.

Praia, 22 de março de 2023

João Pinto Semedo (Relator)

Aristides R. Lima

José Pina Delgado

ESTÁ CONFORME

Secretaria Judicial do Tribunal Constitucional, aos 22 de março de 2023.

O Secretário,

João Borges